

Sobre a Posição do Sujeito Movimento do Verbo e Estrutura da Frase

0. Introdução

Na versão clássica de que o Português é uma língua com uma ordem canónica Sujeito Verbo Objecto (SVO) e de que, na representação sintáctica da estrutura básica das frases, a posição sujeito precede a flexão (posição de especificador de INFL, em termos de teoria X' (cf. Chomsky (86))), duas hipóteses se põem para explicar as estruturas em que, tendo surgido o fenómeno tradicionalmente designado de Inversão Sujeito Verbo (ISV), o sujeito ocupa uma posição pós-verbal: (i) ou esta é uma posição derivada resultante do movimento que deslocou o NP sujeito da sua posição de base para uma posição pós-verbal (posposição do sujeito) ou (ii) o sujeito está *in situ* e foi o verbo que, com a flexão, se deslocou para uma posição pré-sujeito (subida do verbo). E as mesmas hipóteses são válidas para qualquer língua que, com a mesma ordem básica, manifeste o fenómeno ISV. É portanto natural que na literatura dos estudos gramaticais das línguas naturais tenham sido defendidas as duas teses. A maior validade de uma ou de outra depende, naturalmente, da pertinência da motivação e argumentação desenvolvidas e da sua articulação com as predições, coerência e economia do sistema utilizado.

1. Movimento do Verbo

1.1. Motivação para a Subida do Verbo

Em trabalhos anteriores tenho sublinhado a necessidade de distinguir entre inversões obrigatórias e facultativas (cf. Ambar (85), (88)). Relativamente às primeiras defendi que ISV é o resultado de uma subida do verbo e não de uma posposição do sujeito, contrariando assim a hipótese de Kayne & Pollock (78). Como referi nesses trabalhos, a hipótese da subida do verbo tem tido, no estudo das línguas, outros defensores (cf. Torrego (81) Rouveret (82), Brito (82), Zubizarreta (82a)), sendo no entanto a motivação apresentada por estes autores fundamentalmente diferente da que foi por mim defendida. Restringindo a presente exposição à ocorrência de ISV no contexto Qu- interrogativo, revejamos brevemente a ideia essencial da análise proposta nesses trabalhos. Nas frases:

- (1) a. Que prémio ganhou esse actor ?
 b. Que prémio esse actor ganhou ?
- (2) a. Que ganhou esse actor ?
 b. * Que esse actor ganhou ?

o contraste pertinente resulta da presença vs ausência de um Nome (N) foneticamente realizado em (1b) vs (2b) respectivamente. Foi este contraste que nas minhas análises motivou a proposta de subida do verbo. Com base nele, sugeri que aos constituintes Qu- interrogativos ilustrados em (2) corresponde a estrutura (3):

(3) [QUE [e]_N]_{NP}

em que [e] é uma categoria vazia que, em conformidade com o princípio das Categorias Vazias (cf. Chomsky (81), (86)), deve ser propriamente governada. Não havendo em (2b) nenhum X⁰ que esteja em posição de a governar, a frase é excluída. Admitindo, porém, o movimento cabeça a cabeça de uma categoria, tal como o permite o actual sistema da Teoria do Governo e Ligação (cf. Chomsky (86)), o verbo, subindo

primeiro para a flexão (INFL) e depois para COMP, acaba numa posição de onde pode governar a categoria vazia, legitimando-a e, conseqüentemente, conferindo à frase (2a) o seu estatuto de gramatical.

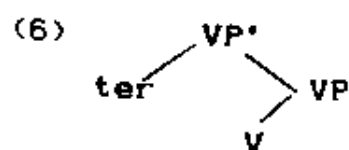
A estrutura-S de (2a) terá, segundo esta análise, a seguinte representação:

(4) [_{CP} [QUE e] [_C ganhou [_{TP} esse actor t [_{VP} t]]]]

A hipótese de subida do verbo, contra a hipótese de posposição do sujeito, ganha força se, em (1)-(2) substituirmos a forma simples do verbo por uma forma composta:

- (5) a. Que tem esse actor ganho ?
 b. Que tem ganho esse actor ?

Com efeito, não é plausível que em (5a) o sujeito se tenha deslocado para uma posição entre o auxiliar e o verbo. Recorde-se que em Chomsky (86) estruturas com auxiliares são consideradas como um tipo de adjunção em que cada ramo é o segmento de uma projecção partilhando um índice:



Na hipótese de que é o sujeito que se desloca para uma posição de adjunção ao VP (cf. Chomsky (81), Kayne (79), (83), (86), Rizzi (82)), ao ocupar a posição entre os dois segmentos de VP, a projecção máxima sujeito não ficaria adjunta a uma projecção máxima, mas a um segmento dessa projecção, contrariando a condição sobre adjunção formulada em Chomsky (86), segundo a qual projecções máximas só podem ser adjuntas a outras projecções máximas.

Note-se que, ao admitirmos que, em línguas como o Espanhol, Francês ou Italiano, ISV é obrigatória em contextos equivalentes aos acima descritos para o Português:

- (7) a. Qu'a acheté Marie ?
b. * Que Marie a acheté ?
- (8) a. Que ha comprado Juan ?
b. * Que Juan ha comprado ?
- (9) a. Che ha comprato Gianni ?
b. * Che Gianni ha comprato ?

o mesmo tipo de argumentação parece *a priori* impossível dado que, em contraste com o Português (cf. (5)), e também com o Inglês, naquelas línguas o sujeito não pode ocupar a posição medial entre o auxiliar e o particípio passado, como atestado pela agramaticalidade das frases em (10), em contraste com a gramaticalidade das frases (a) de (7)-(9) acima:

- (10) a. * Qu'a Marie acheté ?
b. * Que ha Juan comprado ?
c. * Che ha Gianni comprato ?

A obrigatoriedade de o sujeito seguir o verbo principal surge antes como um argumento a favor da posposição daquele. Mas esta é uma conclusão precipitada - só aparentemente a agramaticalidade das frases em (10) é necessariamente contra-argumento à subida do verbo. Se, relativamente a estas línguas, conseguirmos motivar e justificar a subida não apenas do auxiliar, mas do aux+particípio passado, esse contra-argumento deixa de ser pertinente. Com efeito, de acordo com trabalho meu anterior (cf. Ambar (86)), parece haver razões para crer que assim é. Na impossibilidade de aqui expor essa análise, remeto o leitor interessado para o trabalho referido.

Voltando ao Português, também em frases com predicados verbais de três lugares, em que se deu a extracção de um dos complementos, o sujeito pode ocupar a posição entre o verbo e o outro complemento como, ilustrado em (11a):

- (11) a. Que ofereceu o Pedro à Maria ?
b. Que ofereceu à Maria o Pedro ?

Novamente, em (11a) não é plausível a hipótese de movimento do sujeito para a direita. Se fosse, teríamos de admitir que o sujeito veio ocupar uma posição no interior do VP, entre o verbo e o(s) seu(s) complemento(s), não ficando adjunto a uma projecção máxima e bloqueando a coesão interna que deve existir entre uma cabeça e os seus complementos.

E se este tipo de raciocínio é aplicável a (11a) também o deve ser a (12) abaixo:

- (12) Penso que comprou O PEDRO o jornal.

(12) é gramatical com um valor de FOCO em o Pedro. A posição do sujeito entre o verbo e o seu complemento aponta uma vez mais para uma subida do verbo, indo assim ao encontro da análise de Ambar (88), segundo a qual a legitimação de uma posição FOCO implica regência canónica.

1.2. O problema

Com base nos pressupostos acima expostos, e de acordo com a análise de estrutura da frase de Chomsky (1986), (12) teria, em estrutura-S, a seguinte representação.

- (13) [_{CP} [_C _{IP} pro penso [_{CP} [_C que_comprou_{VP} [_{IP} o Pedro
[_{VP} t_{VP} [_{VP} t_{VP} o jornal]]]]]]]]

A primeira questão levantada por (13) diz respeito a COMP da frase subordinada. Com efeito, no espírito do *Filtro do COMP*

duplamente preenchido (n.1), esta posição, estando já ocupada pelo complementador *que*, não devia ser candidata a receber uma outra categoria com realização fonética – o verbo amalgamado com a flexão.

Uma análise alternativa consistiria em dizer que, em (12), o movimento de V_INFL se dá não para a posição COMP, mas para uma posição de adjunção a IP. Este seria, no entanto, um caso de "movimento impróprio", como definido em Chomsky (1986).

Subsiste assim a primeira questão. Note-se, no entanto, que ela seria ultrapassável se admitíssemos, com Stowell (1981) (que por sua vez segue uma sugestão de Aoun), que flexão e complementador formam um constituinte descontínuo. Nesta perspectiva, seria legítimo supor que a categoria que vem ocupar a posição COMP não é diferente da que já lá está, uma vez que a cabeça deslocada para COMP é INFL, incorporada no verbo. Eliminaríamos então este primeiro obstáculo técnico à subida do verbo nestas construções.

Porém, frases do tipo da exemplificada em (12), mas em que ocorrem advérbios, vêm recolocar o problema. Observemos (14):

(14) Penso que finalmente comprou o Pedro o jornal.

Tal como (12), (14) é possível com um valor de FOCO em *o Pedro* (como por exemplo em resposta à pergunta "Quem pensas que finalmente comprou o jornal?"). Difere de (12), pela presença do advérbio.

Naturalmente, é esta diferença que nos exige agora atenção. Onde é originado o advérbio? Que função desempenha? Que posição (posições) ocupa? Como interage com a subida do verbo? São algumas das perguntas a que gostaríamos de responder. Neste trabalho, ocupar-nos-emos fundamentalmente das duas últimas, não deixando, contudo, de tecer algumas considerações sobre as restantes.

2. Posição do Sujeito e Estrutura da Frase

Nesta secção serão examinadas e discutidas quatro possibilidades de representação da frase (14). Esta discussão conduzir-nos-á, como veremos, a uma reflexão não só sobre a posição do advérbio nestas estruturas, mas também, e sobretudo, a uma investigação sobre a posição do sujeito e, conseqüentemente, sobre a estrutura da frase. As estruturas-S de (14), representadas em A.-D. de (15), constituem o ponto de partida da nossa análise:

- (15) A. [_{CP} [_C [_{IP} pro penso t_V [_{CP} [_C que_finalmente_leu_{V1} [_{IP} [_{IP} o Pedro t_{V1} t_V o jornal]]]]]]]
- B. [_{CP} [_C que [_{IP} finalmente [_{IP} leu [_{IP}
- C. [_{CP} [_C que [_{CP} finalmente [_C [_{IP}
- D. [_{CP} [_C que [_{IP} finalmente [_I comprou_V [_{VP} o Pedro [_V t_V o jornal]]]]]]]

Começamos pela representação em A.. Se, de acordo com as razões apresentadas na secção anterior, numa frase como (14), o verbo subiu, e se, subindo, não pode ir para uma posição de adjunção a IP, A. é, de acordo com a versão da Teoria X' contemplada em Chomsky (86), uma representação possível para a frase em questão. Teríamos, portanto, de aceitar que o complexo V_INFL pode coexistir com o complementador em COMP (cf. discussão acima). Mas, se esta é uma hipótese admissível para uma frase como (12), para (14) ela torna-se mais problemática. Com efeito é menos plausível que, para além de V_INFL também o advérbio *finalmente* tenha subido para COMP. Primeiro porque não é claro que o advérbio seja uma categoria X⁰, depois porque, mesmo que o fosse, não formaria com o

complementador um constituinte descontinuo.

Somos assim levados a rejeitar esta hipótese de representação.

B. permite a ordem dos constituintes em (14), através de adjunções a IP, quer do advérbio, quer do verbo. Porém, como já referido, esta última adjunção é representativa do chamado caso de "movimento impróprio" (improper movement), de acordo com a generalização de Chomsky (86), segundo a qual adjunção a projecções máximas é uma opção restringida a projecções máximas, uma versão da Hipótese de Preservação de Estrutura de Emonds (76). Vemo-nos, conseqüentemente, obrigados a abandonar também a alternativa B.

Asumindo (i) as condições impostas pelo sistema de *Barriers*, (ii) a proposta de análise de estrutura da frase aí sugerida e (iii) o pressuposto de que em estruturas como (14) o verbo subiu (cf. discussão acima), com a rejeição de B., esgotamos as possibilidades de, neste quadro, dar conta da estrutura da frase (14).

Impõem-se, portanto, alterações de base, relativas a estes pontos - em parte ou na totalidade. Não gostaria, porém, de tocar nem em princípios gerais da teoria (cf. (i)) que, a serem alterados, implicam uma revisão do sistema com a conseqüente avaliação dos seus efeitos e predições no estudo de outros fenómenos e de outras línguas, nem na proposta de subida do verbo (cf. iii), dados os argumentos que tenho apresentado neste e noutros trabalhos. Concentrar-nos-emos, portanto, nas questões que concernem a estrutura da frase (cf. ii). Mas porque, também aqui, qualquer alteração pode ter implicações quer na rede de relações do aparelho teórico, quer nas predições que este faz sobre os seus objectos, colocar-nos-emos no caminho já aberto por outras investigações, explorando hipóteses de alteração já testadas noutras línguas e noutros fenómenos.

As representações C. e D., que passamos a discutir, apontam

exactamente para análises sugeridas na literatura para outros fenómenos de outras línguas.

Em C., é atribuída à frase encaixada uma representação recursiva de CP (n.2).

Como observado em Kayne ((82), (83) e Rizzi & Roberts (89)), a I(nversão) S(ujeito) A(uxiliar), que nunca ocorre em interrogativas indirectas em Inglês:

(16) * John wonders should he go to the store.

é possível em certos contextos de frases encaixadas.

(17) He said that under no circumstances would he do it.

Dois propriedades parecem caracterizar estas construções. Por um lado, *that* não pode ser apagado:

(18) ?* He said under no circumstances would he do it.

Por outro, o complemento frásico é uma ilha fraca:

(19) ?* What did he say that under no circumstances would he do ?.

Rizzi & Roberts (89) observam que, considerando que este tipo de inversão é um reflexo do movimento de INFL para COMP, como o mostra a impossibilidade de ISA na presença de *if*:

(20) * I wonder if/whether under no/any circumstances would John do that.

a única alternativa consiste em tratar casos do tipo de (17) como uma instância de recursividade de CP (n.3). Propõem estes autores que, em Inglês, *that* tem a propriedade marcada de seleccionar CP. Explicar-se-ia então a agramaticalidade de

(18): se *that* não está presente, uma estrutura como (18) envolve apenas um CP, em que o movimento de FLEX para COMP é interdito por uma interpretação estrita do Princípio de Projecção (Cf. Chomsky (81)), que restringiria este tipo de movimento (por substituição) a contextos de frases raiz (n.4). Esta ideia de recursividade de CP explicaria também a segunda propriedade destas construções - o efeito *ilha* nelas observado. Nesta perspectiva a frase encaixada de (19) teria a seguinte representação

(21) [_{CP} t [_C that [_{CP} under no circumstances [_C would [_{IP} he t do t]]]]]

A extracção do objecto em (21) atravessaria o CP mais encaixado que, no sistema de Chomsky (86), tem propriedades de nó fronteira semelhante às ilhas-Qu clássicas, na medida em que o seu especificador está preenchido pela expressão adverbial.

É esta hipótese de recursividade de CP que vemos representada em (15 C.), repetido aqui por comodidade de exposição:

(15) C. [_{CP} [_C que [_{CP} finalmente [_C [_{IP}....

em que o advérbio *finalmente* ocupa a posição de especificador e V_INFL a posição COMP de CP mais baixo. A frase (14) receberia assim uma representação adequada, em que os problemas postos pelas estruturas A. e B. desapareceriam. Observemos mais de perto esta hipótese numa tentativa de prever alguns dos seus efeitos.

Tal como proposto para o Inglês, poderíamos admitir que (15 C.) resulta da propriedade marcada de, também em Português, o complementador *que* seleccionar CP. Na verdade, embora não possamos verificar se estruturas como (14) apenas surgem na presença de *que*-complementador, visto que, contrariamente ao que se passa em Inglês, esta presença é sempre obrigatória,

também em Português estruturas do tipo de (14) parecem piores no contexto de um CP com cabeça +Qu-:

- (22) a. ?? Não sei que livro finalmente comprou o Pedro.
b. ?? Não sei se cuidadosamente leu o Pedro o livro.

Note-se, no entanto, que as frases de (22) melhoram se o advérbio ficar entre pausas.

O estatuto desviante das frases de (22) contrasta com a gramaticalidade de (23):

- (23) a. Não sei que livro o Pedro comprou finalmente.
c. Não sei que livro comprou o Pedro finalmente.
d. Não sei se o Pedro leu cuidadosamente o livro.
f. Não sei se o Pedro leu o livro cuidadosamente.

Por outro lado, o efeito de "ilha fraca", também se observa em Português nestas construções. Frases como as de (24) são piores que (14):

- (24) a. ?? Que jornal disseste que finalmente comprou o Pedro?
b. ?? Onde disseste que frequentemente vai o Pedro
c. ?? Que livro disseste que cuidadosamente leu o João ?

Compare-se com:

- (25) a. Que jornal disseste que o Pedro comprou finalmente ?
b. Onde disseste que o Pedro vai frequentemente ?
c. Que livro disseste que o Pedro leu cuidadosamente ?

A propriedade de recursividade de CP poderia assim ser activada por propriedades de selecção idiossincráticas do complementador que. Uma questão interessante consistiria em interrogarmo-nos sobre o porquê de uma tal propriedade, em correlação com a parametrização a que parece estar sujeita nas línguas. Isto ultrapassa porém os limites deste trabalho.

Mas, admitindo esta hipótese, é ainda necessário ver até que ponto ela não faz más predições.

O Português, tal como outras línguas, dispõe de advérbios que claramente estão em posição de especificador de CP:

- (26) a. Evidentemente que o Pedro gosta de cinema.
b. Felizmente que ele não se apercebeu da situação.

A agramaticalidade resultante de extracções neste contexto, confirma-nos a posição do advérbio:

- (27) a. * De que evidentemente que o Pedro gosta ?
b. * De que felizmente que ele não se apercebeu ?

Se *que*-complementador, dada a sua propriedade marcada de selecção, pode activar a presença de CP, temos de saber por que razão frases como as de (28) abaixo são agramaticais:

- (28) a. * Penso que evidentemente que o Pedro gosta de cinema.
b. * O Pedro pensa que felizmente que ele não se apercebeu da situação.

O contraste (26)/(28) requer alguma reflexão. Ou, no quadro desta hipótese, encontramos para ele uma explicação, ou teremos de abandonar também a representação C..

Antes, porém, observemos a última representação proposta em (15) e repetida aqui:

- (15) D.[_{CP} [_C que [_{IP} finalmente [_I comprou \checkmark
[_{VP} o Pedro [_V t_V o jornal]]]]]]

A estrutura da frase em (15 D.) é uma variante de diferentes propostas feitas na literatura (cf. Zagana (82), Koopman & Sportiche (85, 88), Manzini (86), Kitagawa (86), Kuroda (86), Sportiche (87), entre outros), de acordo com as quais o sujeito é engendrado sob VP, movendo-se depois para o

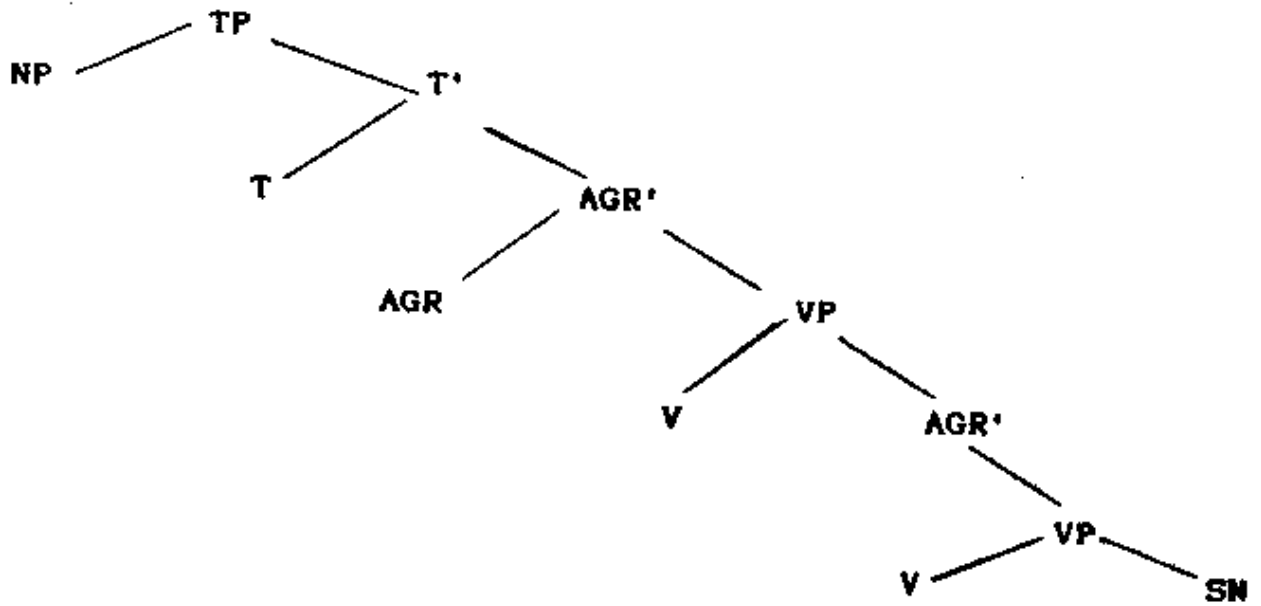
especificador de IP. Nesta perspectiva, INFL é tratada como uma categoria de elevação. Uma alternativa para tratar estruturas de inversão como a de (14) consistiria em admitir que o sujeito, por uma dada razão, permanece na posição em que é engendrado - a de especificador de VP - e que a sua posição pós-verbal se deve ao facto de o verbo ter subido para INFL, onde sofre incorporação com as desinências de Tempo/Aspecto, Pessoa e Número. Note-se que, independentemente de se optar ou não por esta análise, a ideia de que o sujeito é engendrado como especificador de VP (n.5) tem sobre a ideia clássica de que a sua posição de origem é a de especificador de IP uma vantagem evidente: admitindo, com Chomsky (86), que a atribuição temática se faz sob uma condição de "sisterhood", só a hipótese de engendramento sob VP permite que essa condição seja respeitada no que diz respeito à marcação temática do sujeito.

Adoptando esta perspectiva, a posição especificador de IP, estando vazia, pode ser a posição alvo de projecções máximas diferentes do NP sujeito. O que se propõe em (15 D.) é que os advérbios são exactamente uma das categorias capazes de preencher essa posição. Os problemas levantados relativamente à posição de destino do verbo e do advérbio (cf. (13)-(14)) deixariam assim de existir. Por outro lado, a exigência de o NP sujeito marcado FOCO em (14) estar numa posição canonicamente governada - que constitui motivação fundamental para a proposta de subida do verbo nestas construções (para uma discussão a este respeito ver Guéron (80), Horvath (86) e Ambàr (88)) - continuaria a ser respeitada, dado o movimento do verbo para INFL.

A representação de estrutura da frase em (15 D.) poderá ainda ser refinada se considerarmos propostas recentes feitas na literatura no que respeita à natureza da flexão (cf. sobretudo Pollock (88) e Chomsky (88)).

Pollock (88) atribui à frase a seguinte representação:

(29)

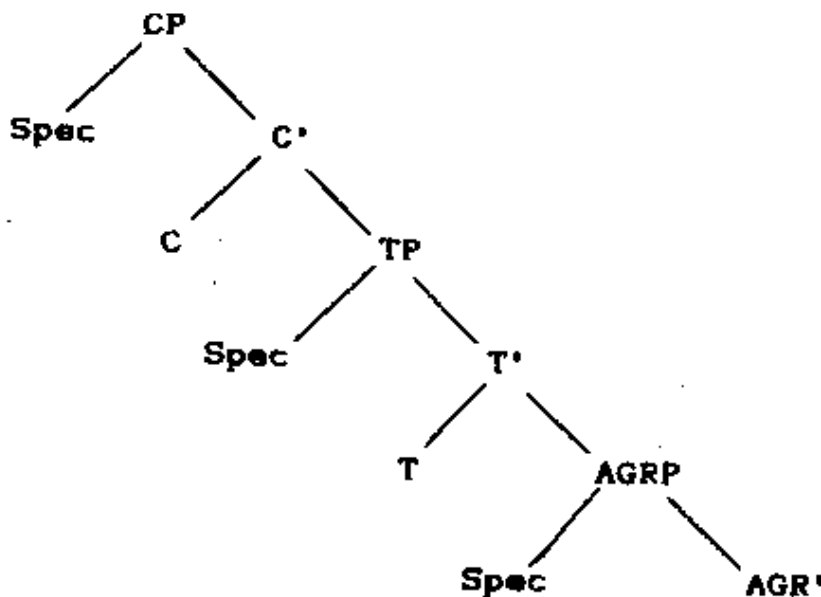


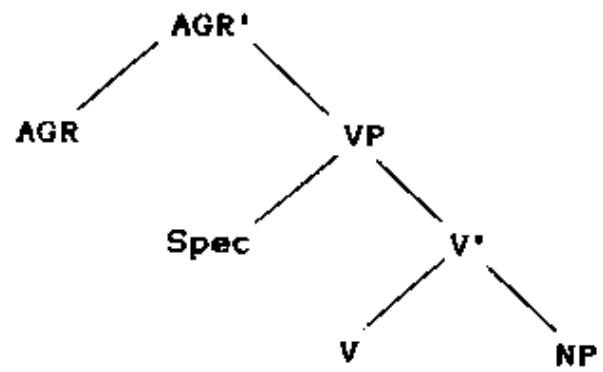
(Pollock, 88)

Note-se que, em (29), AGR não é cabeça de uma projecção máxima.

Adoptando a distinção proposta por Pollock entre T e AGR, numa tentativa de uniformização da aplicação da teoria X', gostaria, contudo, de assumir que toda a cabeça tem uma posição especificador, pelo que proponho para a estrutura da frase a seguinte representação (n.6):

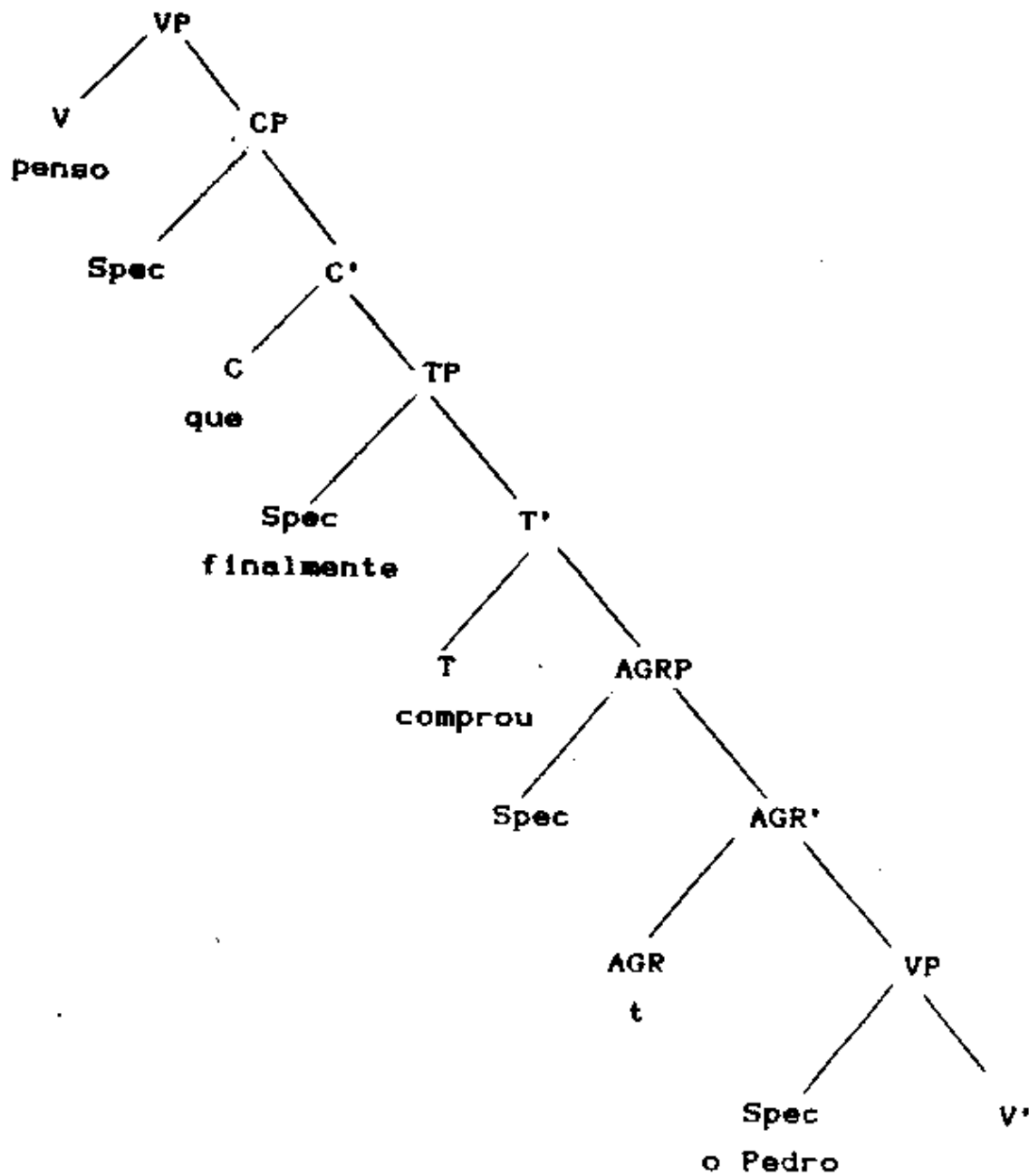
(30)

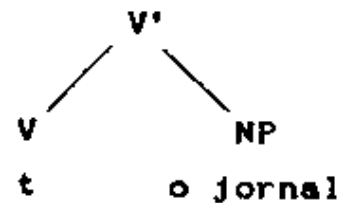




De acordo com (30), a frase encaixada de (14) corresponderia em estrutura-S o diagrama seguinte:

(31)





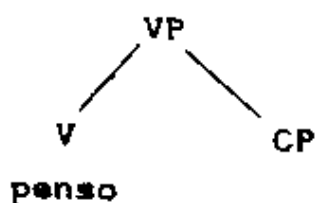
Em (31), de acordo com análises largamente discutidas na literatura, o verbo subiu primeiro para AGR e depois para T, (cf. Emonds (76), Pollock (88), Chomsky (88), entre outros). O sujeito fica assim *in situ*, numa posição pós-verbal, como desejado.

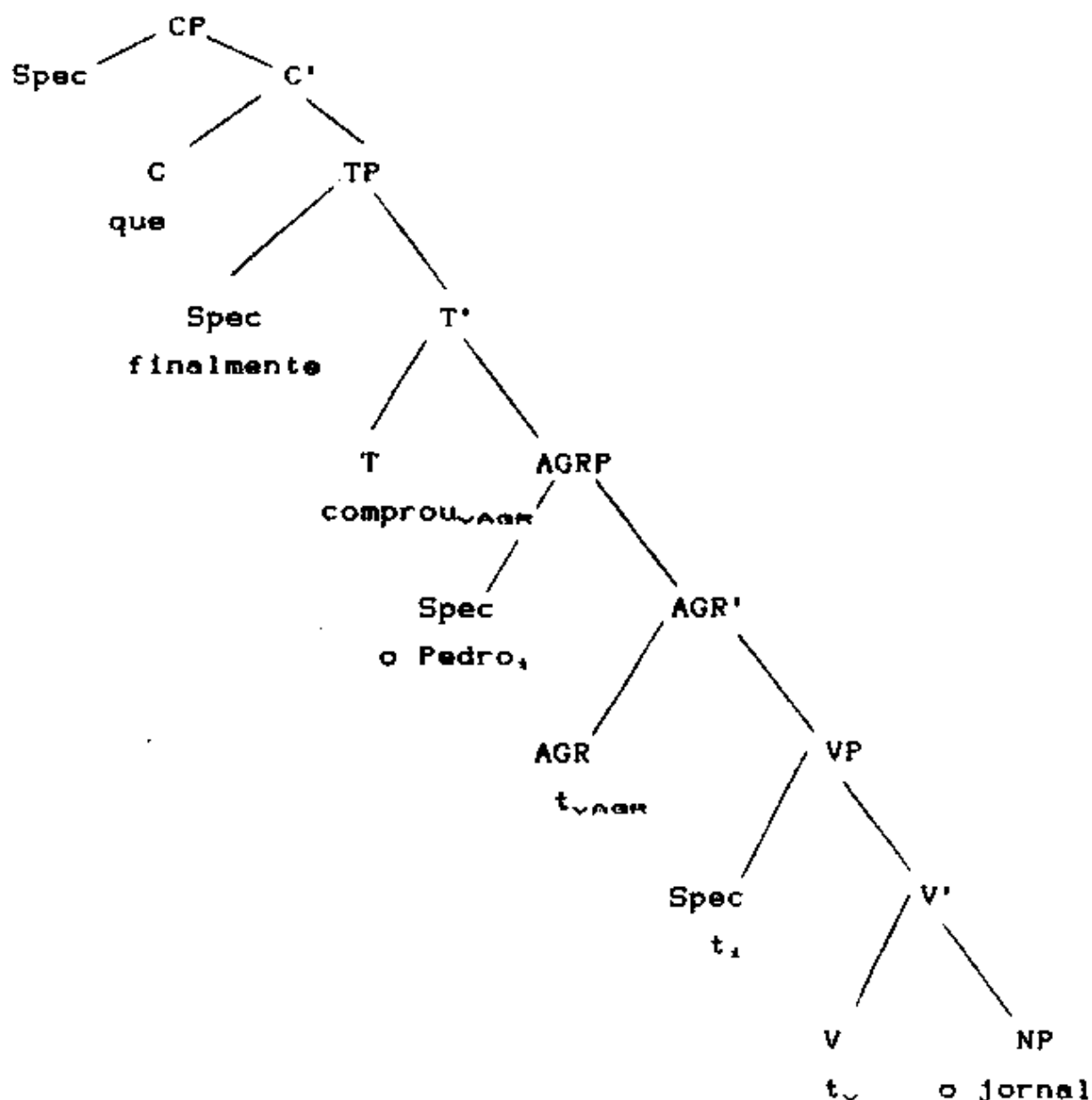
Em relação com (31), duas questões surgem de imediato: (i) qual o papel de [Spec, AGR] ? (ii) qual a origem do advérbio em [Spec, T] ?

Começemos por (i). No quadro da Teoria do Governo e Ligação, é a relação de concordância especificador-cabeça ("Spec-Head agreement") que, na generalidade, dá conta do fenómeno de concordância nas línguas. Estabelecendo-se esta relação entre uma cabeça e o seu especificador não esperaríamos que, uma vez admitida a distinção T vs AGR (vs Aspecto), a relação de concordância se faça entre o NP sujeito e a categoria Tempo, mas antes entre o NP sujeito e a categoria AGR. Neste sentido, a posição [Spec, Agr] torna-se não só possível, mas necessária. E, se é a relação especificador-cabeça ("Spec-Head") que desencadeia a concordância, necessário é também o movimento do NP sujeito da sua posição de base para a de [Spec, AGR].

Na sequência destas observações, (31) deve ser reformulado como (32):

(32)





Nesta proposta as relações de concordância estabelecem-se entre cabeças e seus especificadores, através de uma partilha de traços. Note-se que é natural admitir que os advérbios de Tempo entram nesse tipo de relação com a categoria Tempo. Da mesma forma, é de prever que outras subclasses de advérbios entrem no mesmo tipo de relação com outras cabeças, com as quais partilham traços (vejam-se por exemplo os advérbios com valor aspectual na sua relação com a categoria Aspecto e advérbios do tipo de *evidentemente* que parecem ter como cabeça COMP). Esta hipótese permite-nos excluir frases do tipo:

(33) * Amanhã falou o João.

da mesma forma que excluimos:

(34) * As crianças saiu.

Mas se esta é uma proposta conducente a uma maior coerência e elegância do sistema, ela não deixa, porém, de levantar algumas questões interessantes, embora de resposta nem sempre fácil. Como exemplo observe-se o seguinte par de frases:

- (35) a. ?* Comprou o João o jornal.
b. Ontem comprou o João o jornal.

(35a) só é possível, quando um contexto preciso permite atribuir o valor de FOCO ao sujeito. Em (35b), contudo, mesmo quando esse contexto não existe, a ocorrência do advérbio legitima a inversão. Em termos da representação (32), a diferença entre (35a) e (35b) resulta, respectivamente, da ausência vs presença do advérbio. Levanta-se então o problema de saber por que razão em (35a) a subida do NP sujeito é obrigatória quando em (35b) não o é. Várias hipóteses se põem para a solução desta questão. Em trabalhos anteriores (cf. Ambar (88), (90)) abordei algumas delas, em interacção com outros fenómenos. Dados os limites deste trabalho, passemos rapidamente ao último ponto: (ii) em que posição é o advérbio engendrado em estrutura-P ?

(ii) não é uma questão isolada. Qual a natureza dos advérbios? Que classes de advérbios existem? Que mecanismos comandam a sua distribuição? São outras tantas questões envolvidas em qualquer investigação visando uma resposta a (ii).

Sem a pretensão de aqui poder desenvolver um estudo sobre os advérbios, apresento a seguir algumas das reflexões que gostaria de explorar sobre este tópico e que ajudam a validar a análise sugerida em relação com (15 D.)

Como é sabido, os advérbios distribuem-se por várias

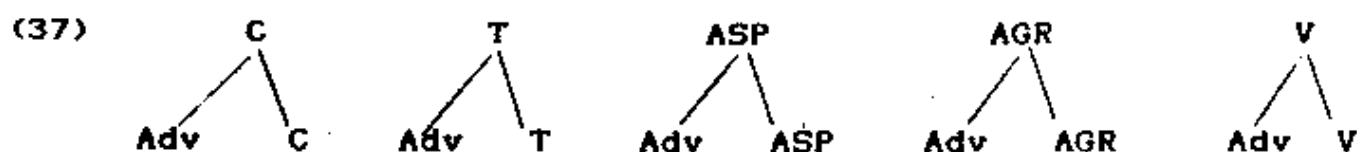
subclasses segundo modificam frases, verbos ou sintagmas verbais, sujeitos, etc. (cf., por exemplo, Jackendoff (72)). O Princípio de Projecção de Adjuntos formulado em (36):

(36) "Princípio de Projecção de Adjuntos

If X "modifies" some (semantic) type Y, and X and Y are syntactically realized as a and b, a is projected as adjacent to b, or to the head of b."

(cf. Zubizarreta (82b), Travis (84), Sportiche (87))

tem sido implícita ou explicitamente assumido na literatura por vários autores. Adoptando-o, e tendo em conta a estrutura da frase em (31)/(32), as combinações seguintes são plausíveis (n.7):



Admitamos que o advérbio é basicamente engendrado nesta posição. De acordo com (36), ele deverá poder deslocar-se para posições de adjunção à projecção máxima da cabeça que modifica em (37), mantendo a relação de adjacência requerida pelo princípio de projecção de adjuntos.

Se, por outro lado, admitirmos que, uma vez disponíveis, as posições de especificador podem receber advérbios, a diversidade de posições passíveis de serem ocupadas por esta categoria é preditível.

Observemos sumariamente algumas dessas predições:

- (38) a. Penso que a Maria leu atentamente o jornal.
 b. ?? Penso que atentamente a Maria leu o jornal.
 c. ?? Penso que a Maria atentamente leu o jornal.
 d. Penso que a Maria leu o jornal atentamente.

Considerando "atentamente" como um advérbio modificador de V/VP e os pressupostos acima referidos, as posições do adv em (38a) e (38d) são naturalmente as melhores. Tanto em (a) como em (d), o advérbio pode estar adjunto e adjacente a VP, à esquerda e à direita, respectivamente, devendo-se a ordenação V-ADV em (38a) ao movimento do verbo para AGR/T. Sem pausas, as frases (a-b) de (38) são, senão impossíveis, pelo menos bastante marcadas. Repare-se que em (38b), o advérbio não está adjacente a VP, mas a TP. A frase deveria ser excluída. Por que razão então não o é, na presença de pausas? Uma hipótese de resposta consistiria em dizer que embora a cabeça de TP seja T, o V está nessa posição, permitindo de forma marcada, dada a sua posição derivada, a relação de adjacência de TP com o advérbio. O estatuto marcado desta relação seria acompanhado, por razões a explorar, de um efeito fonético/prosódico. Alternativamente, podemos considerar que adjunções a cabeças diferentes das modificadas pelo advérbio movido são acompanhadas do efeito "pausa".

Em (38c), não podemos dizer que o ADV foi engendrado numa posição adjacente a T - não é modificador de T. A posição que ocupa só pode ser ou, como em (b), uma adjunção a TP, ou a posição [Spec, TP]. Num e noutro caso, teremos de admitir que o NP sujeito se deslocou da posição [Spec, AGR] (por onde teve de passar (cf. discussão acima sobre "concordância")) para uma posição de adjunção a TP - um certo tipo de topicalização (cf. Duarte (87)).

Curiosamente, observe-se que substituindo o advérbio *atentamente* por um advérbio que modifique não V/VP, mas T/TP, o estatuto de gramaticalidade das frases altera-se como desejado:

- (39) a. Penso que a Maria leu ontem o jornal.
b. Penso que ontem a Maria leu o jornal.
c. Penso que a Maria ontem leu o jornal.
d. Penso que a Maria leu o jornal ontem.

Tanto em (39b) como em (39d), *ontem* está adjacente a TP, à esquerda e à direita, respectivamente. Em (39c), *ontem* ocupa a sua posição de base, em adjacência à cabeça que modifica: T. Em todas estas frases, prevemos com êxito que a posição do advérbio é natural, sem que qualquer pausa seja necessária. Mais problemática é a frase (39a). Podemos encarar duas possibilidades de abordar o problema: (i) ou a posição de base, adjacente à cabeça que modifica (cf. 37) pode ser indiferentemente engendrada à direita e à esquerda (tal como as adjunções resultantes de movimento; ou (ii) o advérbio pode ser basicamente engendrado não só como modificador de T, mas também como modificador de outra categoria.

A admitir (i), o contraste (40a) vs (40b) não devia existir:

- (40) a. Evidentemente que o Pedro tem razão.
 b. * Que evidentemente o Pedro tem razão.

Ficamos com a hipótese (ii). Que outra categoria pode então o advérbio "ontem" modificar? Naturalmente, pensamos na categoria Aspecto. Admitindo (cf. n.6) que ASP ocupa uma posição entre T e AGR, encontramos uma justificação para a gramaticalidade de (39a). Tendo presentes os comentários feitos sobre (35), o nosso sistema dá igualmente conta dos contrastes observados no seguinte paradigma:

- (41) a. Atentamente/ a Maria leu o jornal.
 b. Atentamente leu a Maria o jornal.
 c. * Leu atentamente a Maria o jornal.
 d. * Leu a Maria atentamente o jornal.

Finalmente, prevemos o contraste de (42):

- (42) a. * Que atentamente leu a Maria ?
 b. * Que atentamente a Maria leu ?
 c. Que leu atentamente a Maria ?
 d. Que leu a Maria atentamente ?

Em (42) aplicou o movimento Qu-, com o subsequente movimento do verbo para COMP, no contexto de *Que* - o elemento Qu- *nu* ("bare wh- phrase") -, conforme discussão na primeira secção deste trabalho. A agramaticalidade de (42a-b) é facilmente explicável: na ausência de movimento do verbo para COMP, como o mostra a posição do advérbio, não se deu a legitimação da categoria vazia que integra o constituinte Qu- interrogativo. Inversamente, em (42c-d), tendo esse movimento sido efectuado, a categoria vazia é licenciada e as frases preditas gramaticais. Note-se, no entanto, que, se em (42d) a posição do advérbio é inequívoca - tendo o NP sujeito sido movido para a posição de [Spec, TP], o advérbio ocupa ou a sua natural posição de base adjacente a V ou de adjunção adjacente a VP -, o mesmo não podemos dizer de (42c), em que duas alternativas são plausíveis: (i) o advérbio está em [Spec, TP] e o sujeito em [Spec, AGRP]; (ii) o advérbio está adjunto a TP e o NP sujeito está em [Spec, TP].

Antes de prosseguir na escolha da melhor hipótese, voltemos à questão que ficou em aberto em relação com a representação (15 D.). A hipótese de recursividade de CP fazia, como vimos, boas predições sobre a marginalidade de (22) e sobre os efeitos de "ilha fraca" em (24). Permitia, no entanto, frases agramaticais como as de (28). Inversamente, a representação (15 D.), que acabámos de discutir, não permite frases como as de (28), mas não dá conta da marginalidade nem de (22), nem de (24).

(15 D.) tem sobre (15 C.) a vantagem de não acrescentar à gramática uma estipulação (n.º), permitindo, por outro lado, um tratamento adequado da distribuição dos advérbios. Note-se, contudo, que uma e outra hipótese não são incompatíveis - a estrutura da frase em (15 D.) é conciliável com a hipótese de recursividade.

Mas tentemos uma via de, apenas com (15 D.), dar conta do efeito de "ilha fraca".

Ao contraste entre (24) e (25):

- (24) a. ?? Que jornal disseste que finalmente comprou o Pedro?
 b. ?? Onde disseste que frequentemente vai o Pedro
 c. ?? Que livro disseste que cuidadosamente leu o João ?

- (25) a. Que jornal disseste que o Pedro comprou finalmente ?
 c. Onde disseste que o Pedro vai frequentemente ?
 e. Que livro disseste que o João leu cuidadosamente ?

corresponde o contraste entre (43a-b) e (43c.) abaixo:

- (43) a. Que livro o Pedro leu cuidadosamente ?
 b. Que livro leu o Pedro cuidadosamente ?
 c. ?? Que livro cuidadosamente leu o João ?

De acordo com a hipótese de recursividade de CP, a marginalidade de (24c) era atribuída ao facto de CP seleccionado pelo complementador que ter o seu especificador preenchido pelo advérbio. O mesmo não podemos dizer de (43c) que, dada a ausência do complementador, não corresponde a uma instância de CP recursivo (n.9).

Embora, no presente, não seja para mim muito clara a verdadeira natureza do mecanismo responsável por estes contrastes, penso que uma via possível de solução poderá ser a de explorar a ideia de que o advérbio, uma vez em Spec, faz de TP uma barreira no sentido de Chomsky (86). A proposta, já feita na literatura, segundo a qual, [Spec, IP] lexicalmente preenchido faz de IP uma barreira (cf. Uriagereka (87)) não pode ser aqui utilizada sem alguma reflexão. Com efeito, também em (24a) e (43a), um NP lexical ocupa essa posição, sem que a frase se torne agramatical. Alternativamente, podíamos pensar numa análise inspirada no conceito de "Minimalidade Relativizada" de Rizzi (87). Nesta perspectiva, admitindo que os advérbios em Spec têm o estatuto de operadores, poderíamos considerá-los antecedentes potenciais das variáveis resultantes do movimento Qu-. O operador Qu- em [Spec, CP] não poderia então ligar a sua própria variável (n. 10).

Adoptando esta proposta, encontraríamos a solução para a escolha de uma das opções sugeridas para a posição do advérbio em (42c), repetido aqui:

(42) c. Que leu atentamente a Maria ?

Claramente, na sequência do que acabámos de dizer, o advérbio não pode estar em [Spec, TP] - se estivesse, a frase devia ter o estatuto de (43c) acima. Consequentemente, está adjunto a TP. Em relação com (38) e (39) acima, propusemos que a não adjacência do advérbio à cabeça ou projecção que modifica parece estar associada à necessidade de pausas. Em coerência com esta observação, *atentamente*, sendo um modificador de V/VP e não estando adjacente a ele, mas a TP, devia exigir pausas nesta posição. Tal não acontece porém em (42c). Note-se, no entanto, que contrariamente ao que acontece com frases do tipo:

(43) Penso que, atentamente, a Maria leu o livro.

em (42c), graças à subida do verbo para COMP, verbo e advérbio reencontram-se numa posição de adjacência, pelo que o requisito "pausa" se não verifica.

Para terminar, e sumariando, em 1.1. comecei por rever alguma da motivação, discutida noutros trabalhos, para a subida do verbo em construções interrogativas *Qu-* e em construções de FOCO com inversão. Uma vez feita a opção de considerar estas inversões como uma instância do movimento de V para COMP, apresentei em 1.2. o problema que frases como (12) e (14) constituem para uma tal análise: a já problemática situação, resultante da subida do verbo para uma posição COMP preenchida por complementador (cf. (12)), mostrar-se-ia agravada pela presença do advérbio no mesmo contexto (cf. 14).

Em 2., partindo de quatro hipóteses de representação para a

estrutura das frases referidas, comecei por eliminar as que violavam princípios gerais da gramática - o filtro do COMP duplamente preenchido e a condição geral sobre adjunções. Pesados alguns dos prós e contras das restantes representações, concluímos que (15D.), combinando propostas já discutidas na literatura (cf. engendramento do NP sujeito sob VP, distinção T/AGR e subida do verbo) com as aqui sugeridas (cf. generalização da posição Spec a todas as cabeças funcionais, engendramento dos advérbios, numa relação de adjacência com as cabeças funcionais ou lexicais por eles modificadas, acessibilidade dos advérbios às posições Spec e de adjunção às projecções máximas das cabeças com que se relacionam), não só descrevia de forma adequada as estruturas de que partimos como também fazia boas predições sobre o imbrincado *puzzle* que a distribuição dos advérbios parecia constituir. Note-se que, a confirmar-se esta análise, o comportamento aparentemente caótico dos advérbios se reduz ao requisito de adjacência, em interacção com a estrutura da frase e com as leis gerais da gramática.

Muitas questões relacionadas com este tópico ficam por tratar. Mas este era inicialmente um trabalho "apenas" sobre *movimento do verbo, estrutura da frase e posição do sujeito*, aspectos da sintaxe acerca dos quais o sistema aqui esboçado também teve qualquer coisa a dizer. Por um lado, satisfazendo o nosso primeiro objectivo, permitiu que, uma vez mais, a proposta de subida do verbo fosse validada. Por outro, examinando de perto a organização da frase, conduziu-nos a uma hipótese de estrutura que, respeitando de forma sistemática os princípios da teoria, se revela simples e elegante.

O passo seguinte é ver que predições esta análise faz sobre o(s) mesmo(s) fenómeno(s) noutras línguas. Só então poderemos determinar o que é universal e o que corresponde a parâmetros de variação.

Notas

n.1. Recorde-se que, aquando da formulação desta restrição, ainda se não distinguia entre [Spec, CP] e COMP (cf. Chomsky (1981), por exemplo). Em Ambar (88) é sugerida uma revisão dessa formulação.

n.2. Uma alternativa que conduziria ao mesmo resultado, no que diz respeito à ordenação dos constituintes na frase, consistiria em assumir, no espírito da proposta de Rizzi e Roberts (88) para a inversão complexa em francês, que, quando uma nova cabeça é criada pelo movimento de INFL para COMP, uma posição de especificador suplementar é automaticamente engendrada. Refira-se, contudo, que esta hipótese, para além de exigir que nos coloquemos numa perspectiva derivacional, obriga também a que sejam respeitadas determinadas condições que os autores estipulam e que não cabe aqui discutir.

n.3. Note-se que esta hipótese tinha já sido sugerida por Kayne (1987, Fall lectures, MIT).

n.4. De acordo com a análise referida, a posição COMP, embora foneticamente vazia, estaria preenchida por traços impostos pela subcategorização do verbo matriz.

n.5. Registe-se que, na generalidade, os autores mencionados não consideram que esta posição do sujeito tenha de ser necessariamente a posição de especificador de VP.

n.6. Têm sido discutidas na literatura outras representações. No que diz respeito à posição relativa das categorias funcionais, refira-se, por exemplo, a proposta de Belletti (88), segundo a qual é AGRP que domina TP, e não o contrário, como na proposta de Pollock que aqui estou a adoptar. Limitações de tempo impedem-me de confrontar as duas hipóteses.

(30) não contempla a categoria funcional Aspecto que, de acordo com

trabalho meu em curso, deverá também ter o seu especificador e ser directamente seleccionada por T (ocupando a posição entre T e AGR).

A hipótese de considerar a existência de [Spec, AGR] foi recentemente explorada também por E. Raposo (c.p.) noutros contextos e independentemente deste trabalho. Ver Raposo e Uriagereka (90).

n.7. Não é claro que tipo de advérbios estão em relação com AGR. Embora a questão exija mais investigação, diria que são os advérbios que na terminologia de Jackendoff (72) são classificados de "subject-oriented".

n.8. Note-se que esta estipulação poderá vir a revelar-se desejável, como parâmetro de variação no estudo comparado das línguas.

n.9. Numa primeira leitura, a agramaticalidade de (24c) pode parecer maior que a de (43c). A diferença é no entanto tão ligeira que mais parece dever-se à maior dificuldade de processamento daquela, em que há um movimento Qu- longo, do que a uma diferença estrutural de base entre as duas frases.

n.10. Uma versão desta análise teria de ser alargada a frases como (22b), em que não houve movimento Qu-, mas em que há um complementador Qu-: se. Note-se que, assumindo que se tem de certo modo um estatuto de operador com escopo sobre TP, ou talvez mais precisamente sobre a sua cabeça, a presença do advérbio deva bloquear também esta relação.

Referências

- Ambar, M. (1985). "Gouvernement et Inversion dans les Interrogatives Qu- en Portugais". Recherches Linguistiques 16. Paris, 1987.
- Ambar, M. (1986). "Auxiliary Inversion and the Barrierhood of IP". Comunicação apresentada ao Going Romance 2, Universidade de Utrecht. In Proceedings of the First International Conference of the Linguistic Society of Morocco, 1987, Rabat, Marrocos.
- Ambar, M. (1988). Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português. Dissertação de Doutoramento, Univ. Lisboa, Lisboa, 1989.
- Ambar, M. (1990). "Tense and Portuguese Sentence Structure". Comunicação apresentada ao colóquio Binding and Sentence Structure, ATP CNRS/Paris VIII, Paris.
- Belletti, A. (1988). "Generalized Verb Movement: On some Similarities and Differences between French and Italian". Comunicação apresentada ao GLOW Colloquium, Budapest.
- Brito, A. M. (1982). "Conditions on Verb Raising in Portuguese". Centro de Linguística da Universidade do Porto, Porto.
- Chomsky, N. (1981b). Lectures on Government and Binding. Foris Publications, Dordrecht.
- Chomsky, N. (1986). Barriers. The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Chomsky, N. (1988). "Some Notes on Economy of Derivation and Representation". Ms., MIT, Cambridge, Massachusetts.
- Duarte, I. (1987). A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre o Movimento. Dissertação de Doutoramento, FLL, Lisboa.

- Emonds, J. (1976). A Transformational Approach to English Syntax. Root, Structure-Preserving and Local Transformations. Academic Press, Nova Iorque.
- Horvath, J. (1986). FOCUS in the Theory of Grammar and the Syntax of Hungarian. Foris, Dordrecht.
- Jackendoff, R.S.. (1972). Semantic Interpretation in Generative Grammar. The MIT Press, Cambridge, Mass..
- Kayne, R. (1979). "Rightward NP Movement in French and English". In Linguistic Inquiry 10.
- Kayne, R. (1982). "Predicates and Arguments, Verbs and Nouns". Apresentado ao 5th GLOW Colloquium, Paris.
- Kayne, R. (1983). "Chains, categories External to S, and French Complex Inversion". Natural Language and Linguistic Theory 1.
- Kayne, R. (1986). "Connexité et Inversion du Sujet". In M. Ronat and D. Couqueaux (eds.) La Grammaire Modulaire. Editions Minuit, Paris.
- Kayne, R. e J-Y. Pollock (1978). "Stylistic Inversion, Successive Cyclicity, and Move NP in French". Linguistic Inquiry 9.4.
- Kitagawa, Y. (1986). Subjects in English and Japanese. Dissertação de Doutorado. University of Massachusetts, Amherst.
- Koopman, H. e Sportiche, D. (1985) "θ-theory and Extraction", resumo de comunicação apresentado ao GLOW, Brussels.
- Koopman, H. e Sportiche, D. (1988). "Subjects". Ms. Univ. of California, Los Angeles.

- Shoda, Y. (1986). "Whether we Agree or Not: Remarks on the Comparative Syntax of English and Japanese". Ms. University of California, Los Angeles.
- Manzini, M.-R. (1986). Resumo de Comunicação apresentado ao GLOW, GLOW Newsletter 9.
- Pollock, J.-Y. (1988). "Verb Movement, UG and the Structure of IP". In Linguistic Inquiry 20, 1989.
- Raposo, E. e Uriagereka, J. (1990). "Long-Distance Case assignment". Ms., Univ. da California, Santa Barbara, California.
- Rizzi, L. (1982). Issues in Italian Syntax. Foris, Dordrecht.
- Rizzi, L. (1987). "Relativized Minimality". Ms. Université de Genève, Genève.
- Rizzi, L. e Roberts, J. (1988). "Complex Inversion in French". Ms Université de Genève, Genève.
- Rouveret, A. (1982). "How Infl associates with its verb in Portuguese and Spanish". Resumo de comunicação apresentado ao Colóquio de Sitges, 1983.
- Sportiche, D. (1987). "A Theory of Floated Quantifiers". Proceedings of NELS 17, vol. II, Univ. of Massachusetts, Amherst.
- Stowell, T. (1981). Origins of Phrase Structure. Dissertação de Doutorado, MIT, Cambridge, Mass..
- Torrego, E. (1981). "On Inversion in Spanish and Some of Its Effects". In Linguistic Inquiry 15. 1., Cambridge, Mass., 103-129, 1984.
- Travis, E. (1984). Parameters and Effects of Word Order Variation. Dissertação de Doutorado, MIT.

- Uriagereka, J. (1987). "Different Strategies for Eliminating Barriers".
Comunicação apresentada ao NELS 18, Toronto.
- Zagona, K. (1982). Government and Proper Government of Verbal Projections.
Dissertação de Doutorado, Univ. of Washington, Seattle.
- Zubizarreta, M.-L. (1982a). "Theoretical implications of the Subject
Extraction in Portuguese". The Linguistic Review 2.1., Dordrecht.
- Zubizarreta, M.-L. (1982b). On the relationship of the Lexicon to Syntax.
Dissertação de Doutorado, MIT.